

EDITORIAL

Apresentamos ao público leitor da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas* o nº 90, a primeira edição de 2016. Os textos aqui publicados têm a pretensão de cooperar com a discussão acadêmica e prestar aos estudiosos da Educação uma importante contribuição, ao ser uma ferramenta adicional que visa semear novas discussões e reflexões, tanto em virtude da atualidade das informações, da pluralidade de concepções e assuntos, quanto da fundamentação teórico-metodológica evidenciada nos artigos.

As pesquisas que ora publicamos buscam expor um conjunto de saberes, temáticas e caminhos viáveis que visam à disseminação de conhecimentos variados – como educação integral, cotas, sistema de proteção escolar, relação família-escola, formação de pesquisadores, Ensino Superior, tecnologias da informação e comunicação –, inseridos no âmbito de campos cada vez mais complexos e cada vez mais investigados, como o da Avaliação e o das Políticas Públicas.

Cada artigo revela a preocupação e o compromisso da revista e dos autores – em sua maioria professores universitários e/ou pesquisadores nacionais e internacionais –, no que respeita à expansão do conhecimento e à difusão das informações de uma área tão relevante quanto a da Educação. Em função da ampla gama de assuntos, pincelaremos nesta seção inicial as principais ideias de cada artigo, para que o leitor possa entrever os enfoques dos textos que se seguem, os quais foram produzidos por autores de diferentes regiões brasileiras e de alguns países europeus.

Iniciamos o número 90 com uma pesquisa atual e relevante, de Ramón Garcia Perales, professor da Universidade de Castilla La Mancha, Espanha, intitulado “Sexo feminino y capacidades matemáticas: desempeño de los más capaces en pruebas de rendimiento matemático”. Com base em dados verificados na prova “Batería de Evaluación de la Competencia Matemática” (BECOMA), o autor analisou as diferenças entre os sexos a partir de marcos referenciais estabelecidos na pesquisa – competição matemática, alto rendimento e gênero –, relacionando as respostas desta prova com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), no que diz respeito aos resultados alcançados pelos adolescentes em uma e outra prova de rendimento.

Em seguida, contamos com o texto em coautoria entre a professora Tânia de Freitas Resende, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Gisele Ferreira da Silva, professora do Ensino Fundamental, intitulado “A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014)”.

Trata-se de uma pesquisa documental que verificou os níveis da interação dos pais com a escola. As autoras demonstraram que um envolvimento efetivo das famílias na gestão democrática ainda constitui um desafio para o sistema de ensino brasileiro como um todo, mas que passos importantes foram dados pelas escolas e pelos pais, em função de políticas públicas implementadas pelo Estado.

Da região Sul do Brasil, apresentamos a pesquisa das professoras e pesquisadoras Magda Floriana Damiani, Renata Moraes Belemann, Ana Baptista Menezes e Helena Gonçalves, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que no artigo “Afinal, o uso doméstico do computador está associado à diminuição da reprovação escolar? Resultados de um estudo longitudinal” expõem as conclusões de uma investigação que contou com 5.249 integrantes nascidos em Pelotas e que foi financiada pela União Europeia (PRONEX), CNPq, *Wellcome Trust* e Ministério da Saúde do Brasil, entre outras entidades de fomento à pesquisa. Esta pesquisa demonstrou que o uso do computador no domicílio esteve positivamente associado à diminuição da reprovação escolar nas idades avaliadas no estudo (11, 15 e 18 anos). As autoras destacaram que o computador precisa ser visto como mais uma ferramenta na busca de soluções para o enfrentamento do fracasso na escola, em virtude da complexidade do problema.

“Distribuição espacial dos polos regionais do CEDERJ: uma análise estatística” é o artigo que se segue. Os autores, Keila Mara Cassiano, Fátima Kazam, Carlos Eduardo Bielschowski e Masako Oya Masuda – respectivamente da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Fundação CECIERJ (Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) –, demonstraram a abrangência geográfica da oferta de cursos superiores por meio da educação a distância pelo consórcio CEDERJ. Em 2012, ano do estudo, ao menos um terço dos municípios do Estado possuía polos de apoio presencial; o CEDERJ possuía alunos ativos nos 92 municípios do Estado; e cerca de 40% destes alunos moravam no mesmo município do polo em que realizavam as suas atividades presenciais. Em sua conclusão, os autores evidenciaram que a missão inicial de oferecer ensino público e gratuito em regiões antes não atendidas estava sendo implementada.

No campo da Avaliação, Artur Marecos Parreira e Ana Lorga da Silva, professores da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Portugal, nos apresentam um artigo inovador – intitulado “The use of numerical value of adverbs of quantity and frequency in the measurement of behavior patterns: transforming ordinal scales into interval scales” –, no qual demonstraram os resultados de uma investigação sobre escalas de avaliação, que objetivava melhorar o significado quantitativo e a precisão de escalas ordinais. O estudo incidiu sobre o significado numérico atribuído aos advérbios e locuções adverbiais. Segundo os autores, a

utilização de um raciocínio avaliativo expresso adverbialmente combina a dimensão qualitativa, ligada ao significado da palavra, com uma avaliação quantitativa que lhe é subjacente, mas geralmente imprecisa. Os pesquisadores atribuíram valores numéricos aos advérbios e aos seus significados, criando uma escala que combinou perspectivas quantitativas e qualitativas, e posteriormente submeteram os resultados desta escala à análise estatística e teórica, a fim de melhorar a eficácia dos resultados para que pudesse ser utilizada em outros estudos na área da Avaliação.

O artigo dos professores Paulo S. C. Neves, André Faro e Heike Schmitz, intitulado “As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações”, traz um novo olhar sobre a política de cotas para o Ensino Superior e reflete a produção acadêmica da região Nordeste. Na pesquisa, efetuada com 1.614 universitários, os autores combinaram métodos qualitativos e quantitativos para discutir de que modo a implementação das cotas influenciou na autopercepção dos estudantes e no cotidiano daquela universidade. Os resultados do estudo demonstraram que havia tensões entre cotistas e não cotistas e entre cotistas e professores dos cursos mais prestigiosos. De acordo com a pesquisa, ao contrário do que se possa pensar, estes conflitos não resultaram em baixa autoestima dos alunos cotistas. Os resultados também comprovaram que as políticas afirmativas nas universidades públicas estão longe de serem consolidadas, tendo em vista a falta de políticas de permanência consistentes, seja de ajuda estudantil, de bolsas para materiais e livros para os cursos considerados mais dispendiosos e até mesmo de informação sólida – não apenas para os cotistas – acerca da inserção de alunos recém-saídos do Ensino Médio na pesquisa e na vida acadêmica na universidade.

Uma política pública implementada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP) foi analisada com acuidade por Roberto Alves Gomes, professor do Centro Universitário de Votuporanga (Unifev), e por Angela Maria Martins, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e docente na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). De forma pormenorizada, avaliaram o Sistema de Proteção Escolar (SPE), implementado em 2010 nas escolas públicas paulistas. O artigo analisa o papel do P MEC – professor mediador escolar e comunitário –, profissional responsável pela mediação da violência e indisciplina nas unidades da rede estadual de ensino. Os autores apontaram os avanços do SPE e as dificuldades para a contratação de docentes que precisavam aprender a superar formas tradicionais de disciplina e de castigo e adotar ações baseadas no diálogo. A pesquisa aponta que é necessário reorientar práticas profissionais, quebrar modelos tradicionais de trabalho pedagógico e, principalmente, integrar programas da Secretaria de Estado de Educação – como o Sistema de Proteção Escolar e o Plano de Formação Continuada de Professores e Gestores –, a fim de que os resultados na diminuição da violência escolar sejam mais visíveis.

Da região Centro-Oeste, contamos com a pesquisa do professor Remi Castioni, da Universidade de Brasília (UnB), que, no artigo “Formação de pesquisadores em educação no Brasil, o papel das agências e a Educação Básica”, procurou refletir sobre a contribuição dos programas de pós-graduação em Educação e sua relação com a Educação Básica. Discuti o processo de distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq na área de Educação, indicando o desequilíbrio regional que existe, sugerindo o aumento de bolsas para esta área e questionando o modelo de bolsas individualizadas. O autor, em suas conclusões, defendeu o papel dos grupos de pesquisa e uma redefinição de critérios para a seleção das bolsas de produtividade, levando-se em consideração as demandas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Por fim, a Seção Página Aberta oferece o artigo “Educação Integral no Brasil: potencialidades e limites em produções acadêmicas sobre análises de experiências”, texto em coautoria entre Marisa Irene Siqueira Castanho e Silvana Gomes Mancini, do Centro Universidade Fieo, de Osasco. As pesquisadoras mapearam e analisaram publicações entre 2007 e 2012 concernentes às experiências de implantação de programas de educação integral no Brasil, detalhando a expansão destes programas e concluindo sua reflexão com propostas para a efetivação de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para crianças e adolescentes.

Finalmente, uma pluralidade de temas e de enfoques científicos é o que a revista Ensaio nº 90 oferece ao leitor. Visando sempre à disseminação do conhecimento e ao favorecimento do diálogo, o qual se faz ainda mais necessário em um ano que será marcado pelo debate, como aquele já suscitado pela proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a necessidade de todos – profissionais da Educação, entidades, associações, universidades, sociedade – intervirem e influírem neste processo como sujeitos ativos.

Desejando a todos uma boa leitura, aproveitamos e convidamos o leitor a também contribuir para o debate e para o diálogo, conferindo na íntegra o material aqui publicado, acessando o nosso site e o nosso *blog* e colaborando para a reflexão acerca dos assuntos abordados.

Fátima Cunha Ferreira Pinto

Editora

Érika Simone de Almeida Carlos Dias

Gerente Editorial